



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

Empresa: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA. Processo nº 10.630/2024 (flowdocs)

Processo Licitatório: 6840/2024

Referente ao:

PREGÃO Nº: 031/2024

DATA DA ABERTURA: 29 de julho de 2024

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GASES MEDICINAIS PARA ATENDIMENTO DO HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA E DEMAIS VEÍCULOS (AMBULÂNCIA), COM RESERVATÓRIO E CILINDROS EM COMODATO, PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO do tipo menor preço unitário, para PRONTA CONTRATAÇÃO*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 10/07/2024 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 12/07/2024, além de ficar disponível para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>), PNCP, Portal da transparência e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 23 de julho de 2024 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 10630/2024 (Flowdocs).

DO PEDIDO

Inicialmente, a impugnante argumenta, quanto à exigência de Registro da ANVISA, que o edital exige a apresentação do número de registro no Ministério da Saúde (ANVISA) dos gases medicinais, porém, segundo a mesma, as empresas têm um prazo de 24 meses, a partir de 01/07/2024, para obter esse registro conforme a RDC nº 870/2024 de 17 de maio de 2024 da ANVISA. Informando que até o dia 01 de julho de 2024, não havia a obrigatoriedade de obtenção de registro devido à suspensão da RDC nº 25/2015, solicita, assim, a exclusão dessa exigência do edital, pois as empresas ainda têm prazo para se adequar.

Alega ainda, quanto à exigência de que a empresa tenha um profissional farmacêutico inscrito no Conselho Regional de Farmácia como responsável técnico, que a fabricação/envase de gases medicinais pode ser realizada tanto por profissionais de Química quanto de Farmácia, conforme a Nota Técnica da ANVISA e resoluções dos respectivos conselhos, solicitando que o edital permita a indicação de profissionais de ambos os conselhos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Continua a empresa solicitando esclarecimento sobre o prazo de vigência do contrato, que não está especificado na minuta. Aponta ainda, que o edital exige responsabilidade pela elaboração de projetos de instalações, incluindo elétrica, que não fazem parte do escopo licitado, argumentando que os produtos fornecidos não demandam instalação elétrica e essa exigência pode limitar a participação de empresas, solicitando a remoção dessa exigência do edital, considerada desnecessária e que compromete o caráter competitivo da licitação.

Solicita ainda, a flexibilização da Capacidade de Cilindros, argumentando que o edital especifica capacidades exatas para os cilindros, o que pode restringir a competição ao direcionar para fornecedores específicos, pedindo assim, a flexibilização das capacidades exigidas para permitir variações, como cilindros de oxigênio portátil entre 0,6 m³ e 1 m³, e com capacidade entre 3,5 litros e 5,0 litros/m³, pede-se ainda a permissão para oferta de cilindro confeccionado em aço ou alumínio, considerando que, segundo a recorrente, “no mercado de gases, há empresas que somente trabalham com o fornecimento de cilindro de 1m³ confeccionado em aço e outras com cilindros em alumínio”.

Solicita também, que seja considerado a flexibilização da capacidade exigida para o cilindro de óxido nitroso, de modo a permitir o fornecimento do gás/comodato de cilindros com capacidade entre 28Kg e 43Kg de modo a garantir a ampliação do caráter competitivo da licitação.

E, por fim, solicita:

Por derradeiro, pugna a WHITE MARTINS:

- a) Pelo recebimento, apreciação e integral deferimento da presente impugnação, para que, no mérito, todas as alterações aqui evidenciadas e esclarecimentos solicitados sejam atendidos.
- b) Na hipótese da pedido ora formulado ser indeferido, que seja emitido parecer técnico fundamentando seu indeferimento.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, o Hospital Maternidade Santa Theresinha, para análise e pronunciamento, uma vez que a solicitação de impugnação refere-se à parte técnica, que elaborou o Termo de referência.

DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE (HOSPITAL MATERNIDADE SANTA THERESINHA)

O processo foi enviado à administração do Hospital Maternidade Santa Theresinha, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue resposta abaixo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Quanto ao Registro ANVISA relativo à gases medicinais, “o mesmo será mantido, uma vez que o exigido no item 7.2 do edital é referente a válvula integrada e não aos gases medicinais. Seguindo o exposto em ao Parágrafo Único do Art. 7º da RDC nº 870/2024: “As válvulas integradas devem, ainda, estar regularizadas junto a ANVISA.”

Quanto ao conselho profissional competente, “cabe informar que mediante a nova análise realizada por esta administração, também cabe ao profissional de química a responsabilidade técnica sobre os gases, não trazendo prejuízos a esta administração a flexibilização para a escolha do responsável técnico.”

Quanto à obrigação que excede o escopo licitado/contratado, “será retirado apenas a informação de instalação elétrica nas dependências do espaço utilizado para o armazenamento do tanque de oxigênio da unidade.”

Quanto à necessária flexibilização da capacidade de cilindros, informa o hospital que “não há prejuízo para esta administração a flexibilização dos mesmos, conforme solicita a impugnante.”

DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O processo foi encaminhado à Assessoria Jurídica da Saúde para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta, que opinou na “republicação de edital e Termo de Referência”.

Diante do exposto acima esta Pregoeira/Agente de Contratação acrescenta que:

Com relação ao item referente à dúvida que necessita ser esclarecida, item IV da impugnação, referente ao prazo de vigência do contrato, esclareço que, conforme item 2 do termo de referência, o fornecimento do serviço refere-se a “12 (doze) meses, podendo o contrato ser aditivado até o limite de 60 (sessenta) meses”.

Com isso:

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando o pedido de impugnação do Pregão Eletrônico nº 031/2024, apresentado pela empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.**, por meio do processo nº 10630/2024;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;

Considerando resposta pelo setor solicitante, que é a que melhor atende da solicitação, necessidades e interesses públicos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

Considerando o entendimento da Assessoria Jurídica da Saúde opinando em republicar o edital e termo de referente;

Esta Pregoeira/Agente de Contratação opina em acatar a impugnação interposta, tendo como parâmetro de julgamento o informado pelo Setor solicitante, informando que o processo será enviado ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento do Hospital Maternidade Santa Theresinha, bem como, do parecer da Assessoria Jurídica da Saúde, opina pelo deferimento do pedido de impugnação, feito pela empresa **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA**, razão pela que o Termo de Referência e Edital deverão ser corrigidos e o Pregão nº 031/2024 após os tramites necessários, remarcado com nova data e horário. Envio o processo ao Exmo. Sr. Prefeito para deliberação. Após dê publicidade, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 07 de agosto de 2024.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação